



António Fortunato & Leiria Duarte

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, LDA.

PARECER DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS

DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE LAGOS

1. De acordo com as disposições legais aplicáveis, vimos emitir o nosso Parecer sobre os documentos de Prestação de Contas do Município de Lagos reportados a 31 de dezembro de 2021, as quais compreendem o balanço, a demonstração dos resultados por natureza, a demonstração das alterações no património líquido, a demonstração dos fluxos de caixa, relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas, bem como o mapa de desempenho orçamental, demonstração da execução orçamental da receita e demonstração de execução orçamental da despesa.
2. Com base nos trabalhos efetuados elaborámos a Certificação Legal das Contas do Município de Lagos.
3. Com suporte na secção “Bases para opinião com reservas” da Certificação Legal das Contas, somos de Parecer que aprovem os Documentos de Prestação de Contas a 31 de dezembro de 2021.

Montijo, 21 de abril de 2022

António Fortunato & Leiria Duarte, SROC, Lda.

Representada por António Manuel Corrêa de Sousa Fortunato - R.O.C. N.º 887



António Fortunato & Leiria Duarte
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, LDA.

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião com reserva

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do **Município de Lagos** (“Entidade”), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2021 (que evidencia um total de 301.967.185,37 euros e um total de património líquido de 274.020.496,76 euros, incluindo um resultado líquido de 19.953.566,28 euros), a demonstração dos resultados por natureza, a demonstração das alterações no património líquido, a demonstração dos fluxos de caixa, relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias reportadas na seção “Base para a Opinião com Reservas”, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do Município de Lagos em 31 de dezembro de 2021, o seu desempenho financeiro e os fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Bases para a opinião com reservas

- 1- Os Ativos Fixos Tangíveis do Município de Lagos (Bens de domínio público e privado) têm sofrido diversas regularizações, ao longo dos anos. Apesar do extenso trabalho já desenvolvido, o processo de inventariação e de adaptação ao SNC-AP, ainda não se encontra concluído e a informação atualmente existente não constitui uma garantia da plenitude e da correta valorização desses ativos, constituindo uma limitação de âmbito. A IPSAS 33, por via do art.º 13º do Decreto-lei nº 192/2015, de 11 de setembro, prevê um período de transição após a adoção do referencial em SNC-AP de três anos, pelo que a implementação desta norma de contabilidade pública não foi atingida em 2021.
- 2- Conforme divulgado na Nota 4 às Demonstrações Financeiras o município não obteve informação valorizada e detalhada relativa dos ativos da concessão de distribuição de eletricidade em baixa tensão, pelo que não nos é possível aferir qual o impacto do respetivo registo na rubrica de diferimentos passivos e no ativo fixo tangível.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas



António Fortunato & Leiria Duarte
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, LDA.

responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Ênfases

Em 2021 e conforme divulgado na Nota 20 às Demonstrações Financeiras, a empresa EL, SA participada pela Entidade em 49% foi liquidada e transmitidos todos os seus ativos e passivos para a Entidade. Dado que Entidade reconhecia um passivo associado ao contrato com a EL, SA pelo arrendamento dos parques de estacionamento, a liquidação da EL, SA, teve um impacto positivo no resultado líquido de 11.808.957,48 euros e o seguinte impacto na posição financeira da Entidade:

- a. Desreconhecimento de ativo referente à Participação financeira no montante de 1.371.688,85 euros.
- b. Desreconhecimento de passivo de Outras contas a pagar no montante de 20.820.047,69 euros.
- c. Reconhecimento de ativo de Outras contas a receber 618.270,06 euros.
- d. Reconhecimento de ativo de Diferimentos no montante de 8.386,98 euros.
- e. Reconhecimento de passivo de Outras contas a pagar no montante de 6.781.633,04 euros.
- f. Reconhecimento de passivo de Estado (IVA de regularizações) no montante de 1.484.425,36 euros.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Outras matérias

As demonstrações financeiras do Município de Lagos em 31 de dezembro de 2021 apresentadas para efeitos comparativos foram auditadas por nós, e a Certificação Legal das Contas datada de 24 de junho de 2021, incluía reservas e ênfases, tendo sido retiradas as reservas que não eram referentes a Ativos Fixos Tangíveis e as ênfases, por não serem aplicáveis em 31 de dezembro de 2021.



António Fortunato & Leiria Duarte
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, LDA.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com o SNC-AP;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;



António Fortunato & Leiria Duarte
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, LDA.

- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre as demonstrações orçamentais

Auditamos as demonstrações orçamentais anexas da Entidade que compreendem a demonstração do desempenho orçamental, a demonstração da execução orçamental da receita (que evidencia um total de receita cobrada líquida de 94.805.235,30 euros), a demonstração da execução orçamental da despesa (que evidencia um total de despesa paga líquida de reposições de 62.327.278,76 euros) e a demonstração de execução do plano plurianual de investimentos relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

O Órgão de gestão é responsável pela preparação e aprovação das demonstrações orçamentais no âmbito da prestação de contas da entidade. A nossa responsabilidade consiste em verificar que



António Fortunato & Leiria Duarte
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, LDA.

foram cumpridos os requisitos de contabilização e relato previstos na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Em nossa opinião, as demonstrações orçamentais anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a NCP 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e demonstrações orçamentais, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Montijo, 21 de abril de 2022

António Fortunato & Leiria Duarte, SROC, Lda.
Representada por António Manuel Corrêa de Sousa Fortunato - R.O.C. N.º 887